

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 9 de dezembro de 2021 • Nº 1208 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Direito & Justiça

Divórcio online: uma solução na pandemia

PÁGINA 4

IBGE

Vendas do comércio caem 0,1% em outubro

Em um cenário de pressão inflacionária, juros mais altos e renda fragilizada, o volume de vendas do comércio varejista do país recuou 0,1% em outubro, na comparação com setembro. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o dado ontem. O desempenho ficou abaixo das expectativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam alta de 0,7% nas vendas. Outubro foi o terceiro mês seguido com variação negativa no varejo, embora o IBGE considere a taxa mais recente como relativa estabilidade, já que ficou próxima de zero. Segundo André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, o resultado reforça os sinais de perda de fôlego da atividade econômica. "O dado de outubro veio muito pior do que o esperado. Há, nitidamente, um cenário de fraqueza no comércio varejista", afirma. "Isso é resultado de um cenário perverso para a renda dos brasileiros. Temos inflação elevada e juros subindo", completa. Frente a outubro de 2020, quando o comércio ensaiava reação após a chegada da pandemia, as vendas caíram 7,1%, indicou o IBGE. Nessa comparação, a estimativa de analistas era de uma retração menor, de 6,1%. Com o desempenho de outubro, o comércio ficou 0,1% abaixo do patamar pré-pandemia. O IBGE considera fevereiro de 2020 como nível pré-crise. **PÁGINA 2**

FATURA EXPOSTA

STF anula condenação de 14 anos de Sérgio Cabral

PÁGINA 5

COFOM

BC sobe Selic em 1,5 ponto e taxa chega a 9,25% ao ano

Conforme sinalizado na reunião anterior, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou ontem a taxa básica (Selic) novamente em 1,5 ponto percentual, a 9,25% ao ano. A taxa é a maior em quatro anos, quando atingiu 9,25% em julho de 2017, ainda no governo de Michel Temer (MDB). Na reunião anterior, em outubro, o BC elevou a taxa também em 1,5 ponto percentual e indicou

que faria nova alta da mesma magnitude em seguida. De acordo com o relatório Focus desta semana, em que o BC divulga projeções do mercado, economistas esperam que os juros fechem 2022 a 11,25% ao ano. Com a Selic acima de 8,5% ao ano, o cálculo do rendimento da poupança muda e passa a ser de 0,5% ao mês mais a TR (Taxa Referencial) para todas as cadernetas. **PÁGINA 2**

COVID-19



Secretária de saúde pede que carnaval de 2022 seja suspenso

A secretária extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde, Rosana Leite de Melo (foto), não recomenda a realização do carnaval em 2022. Ela argumenta que festas com grandes aglomerações podem aumentar a transmissão da doença. Segundo Leite, apesar de o país já estar com alta cobertura vacinal, nesses eventos há dificuldade de manter protocolos não farmacológicos que são importantes para evitar a contaminação. Entre eles o

uso de máscara, medida de distanciamento e higiene das mãos. A declaração foi dada em audiência pública na Câmara dos Deputados ontem. "O carnaval é uma festa que nós nos aglomeramos, que nós estamos juntos. É impossível você não ficar aglomerado nessas festas. E nós sabemos que mesmo o indivíduo estando com o seu esquema vacinal completo, até com dose de reforço, ele pode se contaminar", avaliou. **PÁGINA 5**

BALANÇA

AEB projeta queda das exportações em 2022

As exportações brasileiras deverão atingir, no próximo ano, US\$ 262,379 bilhões, o que representará queda de 4,7% em relação aos US\$ 275,316 bilhões estimados para 2021. As importações, porém, poderão crescer 4,5% ante os US\$ 218,094 bilhões projetados para este ano, atingindo US\$ 227,855 bilhões. A previsão para a balança comercial em 2022, divulgada ontem pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), indica que o superávit poderá alcançar US\$

34,524 bilhões, com queda de 39,7% em relação aos US\$ 57,222 bilhões estimados para 2021. De acordo com a AEB, o aumento das importações e a queda das exportações provocarão contribuição negativa do comércio exterior no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) de 2022. Além do cenário interno de indefinição com a proximidade das eleições, o principal fator a afetar a balança serão as commodities. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,50% / 108.095,53 / 537,86 / Volume: 28.625.082.618 / Quantidade: 4.017.198				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,02% (nov.)	EURO turismo											
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	CDI	1,03% (out.)	Compra: 6,3617	Venda: 6,5417		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	35.754,75	+0,10	Taxa Selic	7,75%	0,18	até o dia 8/dez	Compra: 5,5773	Venda: 5,5779	
CVC BRASIL ON NM	16,10	+9,60	+1,41	MAGAZ LUIZA ON NM	6,81	-10,63	-0,81	PETROBRAS PN EDJ N2	29,35	-0,03	-0,01	NASDAQ Composite	15.786,987	+0,64	(27/10)					Compra: 5,5332	Venda: 5,5338
GOL PN N2	18,68	+9,18	+1,57	PETRORIO ON NM	20,97	-4,38	-0,96	VALE ON NM	75,76	-0,75	-0,57	Euro STOXX 50	4.234,95	-0,90	Poupança 3	0,49%	R\$ 319,43			Compra: 5,5771	Venda: 5,7571
EZTEC ON NM	20,82	+6,44	+1,26	GETNET BR UNT	3,84	-3,76	-0,15	MAGAZ LUIZA ON NM	6,81	-10,63	-0,81	CAC 40	7.014,57	-0,72	(9/12)						
MARFRIG ON NM	22,59	+6,31	+1,34	CCR SA ON ED NM	12,71	-3,12	-0,41	ITAUNIBANCO PN EJ N1	22,74	-0,96	-0,22	FTSE 100	7.337,35	-0,03	TR (prefixada)	0,0098	Compra: 6,2791	Venda: 6,3220			
MRV ON ED NM	12,25	+5,88	+0,68	TELEF BRASILON	49,08	-1,76	-0,88	PETROBRAS ON EDJ N2	31,08	-0,35	-0,11	DAX	15.687,09	-0,80	(29/8/2017)						

DocuSigned by:

AUTENTICO
Acionista
6BF767B5695F4B6...

09-dez-21 | 4:42 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

BALANÇA

AEB projeta queda das exportações e do superávit

As exportações brasileiras deverão atingir, no próximo ano, US\$ 262,379 bilhões, o que representará queda de 4,7% em relação aos US\$ 275,316 bilhões estimados para 2021. As importações, porém, poderão crescer 4,5% ante os US\$ 218,094 bilhões projetados para este ano, atingindo US\$ 227,855 bilhões.

A previsão para a balança comercial em 2022, divulgada ontem pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), indica que o superávit poderá alcançar US\$ 34,524 bilhões, com queda de 39,7% em relação aos US\$ 57,222 bilhões estimados para 2021.

De acordo com a AEB, o aumento das importações e a queda das exportações provocarão contribuição negativa do comércio exterior no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) de 2022.

Além do cenário interno de indefinição com a proximidade das eleições, o principal fator a afetar a balança comercial brasileira

serão as commodities (produtos primários com cotação internacional), cujos preços estão muito elevados, mas sem sustentação para isso, disse o presidente executivo da AEB, José Augusto de Castro, à Agência Brasil. "Os preços das commodities devem cair em 2022", afirmou.

Os preços do petróleo e do minério de ferro, por exemplo, já estão caindo, e a projeção é que, no próximo ano, tenham redução de 18,5% e 34,1%, respectivamente. Quanto à soja em grão, cuja previsão é de expansão do preço em torno de 11,8% em 2022, Castro alertou que "a tendência é que caia alguma coisa". Juntos, soja, petróleo e minério de ferro deverão responder por 37,5% das exportações totais, o que significa retração se comparado ao estimado para 2021 (40,7%). Segundo a AEB, a soja deverá ser o produto líder nacional da pauta de exportação, com US\$ 45 bilhões, o que representará novo recorde.

Já as importações continuam

crescendo, devido à falta de componentes, contêineres e navios, o que obriga as empresas a comprar no exterior. Com isso, muitos produtos têm tido aumento de preços e quantum (quantidade) significativo nas importações.

Um deles é o gás natural, que aumentou 98% em quantidade e 88% em preço. Também tiveram altas expressivas adubos (22% em volume e 48% em preço) e medicamentos (15% em quantidade e 52% em preço).

Para José Augusto de Castro, o câmbio não terá efeito algum sobre a balança comercial, porque o país já se acostumou com ele em patamar elevado. "Teoricamente, teria algum efeito sobre a exportação de manufaturados, mas, na prática, a gente vê que o custo Brasil é muito elevado, e o câmbio não é suficiente para compensar esse fator".

Na importação, onde o câmbio alto poderia funcionar como um fator de barreira, Castro explicou que, sem produção de diversas mercadorias no mercado doméstico, "as empresas são ob-

rigadas a importar ou fechar".

O Brasil continua refém das commodities, disse Castro, ao destacar que os 15 principais produtos de exportação do país são commodities. Para o presidente executivo da AEB, ainda vai demorar muito tempo para que os manufaturados assumam a liderança no comércio externo brasileiro. "Sem reformas, não tem condições de exportar manufaturados", enfatizou Castro. Ele ressaltou a necessidade da reforma tributária, dizendo que, sem ela, o país continuará a exportar custos tributários. "Isso inviabiliza as exportações. A curto prazo, não consigo enxergar nada para a exportação de manufaturados".

Castro lembrou que, no ano 2000, 59% das exportações do Brasil eram produtos manufaturados, de maior valor agregado, e que hoje são apenas 26%. "Essa diferença significa empregos que deixaram de ser gerados internamente e aumento de importação. Porque quando a gente deixa de produzir aqui, passa a importar."

ENERGIA

Relator da privatização da Eletrobras no TCU retira processo de pauta

JULIO WIZIACK/FOLHAPRESS

O ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Aroldo Cedraz retirou da pauta de votação, ontem, o processo de privatização da Eletrobras.

Durante a sessão, o ministro Walton Alencar perguntou a Cedraz qual o motivo para "a retirada do processo mais importante do dia".

Cedraz explicou ter recebido "novas manifestações de grupos de interesse sobre o poder executivo e da sociedade" sobre possíveis fragilidades do modelo de privatização. Ele afirmou, no entanto, que apresentará o relatório e seu voto na próxima semana.

Segundo servidores do TCU, não houve manifestações novas nesta manhã que justificassem o adiamento. Todos os questionamentos feitos pelo Ministério Público de Contas junto ao TCU foram enviados ao relator há mais de um mês.

A reportagem teve acesso a esse documento. Nele há diversos pontos controversos apontados pelo procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

Os principais apontam para subavaliação de cerca de R\$ 16 bilhões nos ativos da Eletrobras pela escolha de um modelo de precificação supostamente equivocado.

O procurador também verificou problemas no adiantamento para 2022 de R\$ 5 bilhões a serem transferidos do bônus de outorga para a amortização do preço da energia para os consumidores residenciais.

Essa redução na tarifa ocorrerá por meio de um depósito na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) que, ao término da operação de privatização da estatal, contará com R\$ 29 bilhões. Uma parte (R\$ 5 bilhões) seria antecipada para amenizar o preço da energia já em 2022, ano eleitoral.

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, recentemente, os maiores geradores e os principais consumidores de energia encaminharam uma carta ao Ministério de Minas e Energia, BNDES e EPE (Empresa de Pesquisa Energética) para reclamar que a modelagem de privatização da Eletrobras considera dados que permitirão ao governo receber entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões a mais do que o devido no processo de venda de ações, previsto para o próximo ano.

O Ministério de Minas e Energia está reavaliando essas distorções e, segundo assessores no TCU, o assunto também será analisado por Cedraz.

Um atraso de uma semana não vai prejudicar o cronograma da privatização programada pelo governo. Caso o ministro demore mais a apresentar seu voto, a venda das ações da União na B3, a Bolsa de São Paulo, pode atrasar. A previsão inicial é que ocorra em maio de 2022. Se isso não se confirmar, haverá riscos de que o processo fique para o próximo governo devido às campanhas eleitorais, o que significará um forte revés para o governo.

BENEFÍCIO

Petrobras vai pagar vale-gás de R\$ 100 a 300 mil famílias

CRISTIANE GERCINA/FOLHAPRESS

A Petrobras vai pagar um vale-gás de R\$ 100 para 300 mil famílias em todo o país a partir deste mês. A entrega do benefício para compra do gás de cozinha, vendido em botijões de 13 quilos, foi aprovada pela estatal e divulgada ontem.

Segundo a empresa, os 300 mil auxílios serão destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social. A projeção é que, com a medida, cerca de 1,2 milhão de pessoas sejam beneficiadas indiretamente. Nesta primeira fase, a Petrobras irá investir R\$ 30 milhões em um programa social de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade.

Ao todo, a verba destinada ao programa é de R\$ 300 milhões, a serem gastos até o final de 2022. Parte dos valores será para instituições sem fins lucrativos que são parceiras da companhia em projetos socioambientais.

"Essas instituições atuam nas proximidades das nossas operações e fornecerão o auxílio para 90 mil famílias em situação de vulnerabilidade social que vivem nessas comunidades"

NOTA DA COMPANHIA

"Essas instituições atuam nas proximidades das nossas operações e fornecerão o auxílio para 90 mil famílias em situação de vulnerabilidade social que vivem nessas comunidades", diz nota da companhia.

As outras 210 mil famílias que vão receber o vale-gás de R\$ 100 serão atendidas por meio de parcerias com a Fundação Banco do Brasil e outras empresas e instituições, como Vibra e Fundación Mapfre, den-

tro da campanha "Brasileiros pelo Brasil", realizada pela Fundação BB.

Dentro do programa, ainda há os outros R\$ 270 milhões a serem aplicados ao longo de 2022, cujas definições de destinação dos valores seguem em fase de estudos, diz a estatal.

VALE-GÁS DO GOVERNO

O benefício pago pela Petrobras é diferente do Programa Auxílio Gás, do governo federal,

aprovado há algumas semanas pelo Congresso e que também começará a valer neste mês. Neste caso, serão beneficiadas 5,58 milhões de famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único).

Essas famílias vão receber um vale-gás no valor de R\$ 52, segundo informações do Ministério da Cidadania. O benefício também começa a ser pago neste mês. As datas de recebimento serão divulgadas pelo governo, em calendário próprio do programa.

Têm direito ao benefício as famílias inscritas no CadÚnico com renda familiar mensal per capita (por pessoa da família) menor ou igual a meio salário mínimo (R\$ 550 neste ano). Também serão beneficiadas as famílias que tenham integrantes no BPC (Benefício de Prestação Continuada). O valor recebido de Auxílio Brasil não vai contar na análise do critério de renda familiar.

IBGE

Abate de frangos e suínos no Brasil registra recorde

O país registrou recordes nos abates de frangos e de suínos no terceiro trimestre deste ano, segundo informações divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o IBGE, foram abatidos 13,72 milhões de suínos e 1,54 bilhão de frangos no país no período, os maiores patamares desde o início da pesquisa, em 1997.

O abate de suínos foi 4,5% maior do que o registrado no trimestre anterior e 7,8% a mais na comparação com o terceiro trimestre de 2020. Já o número de frangos abatidos foi 0,7% superior ao segundo trimestre deste ano e 1,2% maior do que o terceiro trimestre do ano passado.

O abate de bovinos, por outro lado, teve o patamar mais baixo para um terceiro trimestre desde 2004, com 6,94 milhões de cabeças. Isso representou per-

das de 2% em relação ao segundo trimestre deste ano e de 10,7% na comparação com o terceiro trimestre de 2020.

OVOS, LEITES E COURO

No terceiro trimestre de 2021, a produção de ovos de galinha chegou a 1 bilhão de dúzias, queda de 1,8% em relação ao terceiro trimestre de 2020 e alta de 1,5% frente ao trimestre segundo trimestre deste ano.

A aquisição de leite cru pelas unidades beneficiadoras foi de 6,19 bilhões de litros, queda de 4,9% em relação ao terceiro trimestre de 2020 e aumento de 6,1% ante o segundo trimestre deste ano.

Já a aquisição de couro pelos curtumes investigados pelo IBGE teve quedas de 10,4% em relação ao adquirido no 3º trimestre de 2020 e de 2,2% na comparação com o segundo trimestre deste ano.

COMBUSTÍVEL

Senado aprova MP que libera venda direta de etanol aos postos

WASHINGTON LUIZ/FOLHAPRESS

Por unanimidade, senadores aprovaram ontem a medida provisória que autoriza a comercialização direta de etanol hidratado combustível por produtores e importadores com o posto revendedor, sem a intermediação de distribuidoras, antes obrigatória. O texto vai a sanção.

O Senado acatou todas as mudanças feitas pela Câmara na proposta. Uma delas retirou um dos principais itens da MP, o que permitia aos postos revenderem combustíveis de mais de uma marca.

A possibilidade de flexibilização gerou conflitos e confusão no mercado. Além disso, críticos afirmavam que ela levaria os consumidores a serem enganados.

"A flexibilização discutida, tendente a favorecer o posto revendedor pela promoção do rompimento com práticas restritivas ao livre mercado, não

serviria, porém, como argumento para afrontar contratos entre os revendedores varejistas e os distribuidores de combustíveis, os quais contemplassem cláusulas dessa natureza", afirmou o relator, senador Otto Alencar (PSD-BA).

Como alternativa, foi incluída a autorização para a revenda varejista de gasolina e etanol hidratado fora do estabelecimento autorizado, limitada ao município onde está localizado. Para isso, será necessário regulamentação da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis).

Também foi incluída na versão final a previsão de que não será necessário que a empresa demonstre vinculações a outros agentes da indústria de biocombustíveis para obter a outorga de autorização de atividade de compra e venda de etanol.

Em outro trecho, foi alterada a lei que estabelece os crimes

contra a ordem econômica para que o crime de usar gás liquefeito de petróleo fique restrito ao uso apenas para fins automotivos. Atualmente, é proibido o uso em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas, ou para fins automotivos.

Para evitar perda de arrecadação, o texto faz mudanças na legislação que trata da contribuição para o PIS/Pasep e para a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

A medida tenta garantir que a carga tributária das contribuições sociais incidente sobre a cadeia do etanol será a mesma tanto na hipótese de venda direta do produtor ou importador para o revendedor varejista quanto naquela intermediada por um distribuidor.

Os parlamentares retiraram, no entanto, trecho que vedava as isenções da base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep e

da Cofins que existem atualmente para as cooperativas.

O governo editou a MP com a intenção de tentar ampliar a competição no mercado de combustíveis. A aposta era que o preço da gasolina fosse reduzido em até R\$ 0,50 por litro, como resultado do aumento da competição.

A promessa de ganhos com as mudanças é questionada pelo mercado de combustíveis e potenciais prejuízos ao consumidor foram tema de uma contestação dos Procons em consulta pública da ANP para debater as mudanças.

Distribuidoras e a defesa da concorrência se preocupam especificamente com a possibilidade de venda de combustíveis de outras marcas nos postos. Para os órgãos de defesa do consumidor, a medida fere dispositivos legais que garantem o direito à informação clara, precisa e adequada.

VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.
 CNPJ 09.572.294/0001-09 - Matrícula RCPJ 229352
 Ficam os sócios convocados para a Assembleia de Sócios, às 11h do dia 21.12.2021, na Av. Almirante Barroso, nº 81, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é o ingresso e retirada de sócios. RJ, 09.12.2021. Sócia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA
 Carvalho Hosken S/A Engenharia e Construções, CNPJ nº 33.342.023/0001-33, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/200.123/2012, a renovação de sua Licença Municipal Prévia - LMP nº 1229/2018, para desenvolvimento de projeto de grupamento comercial, situado na Avenida Paulo Goulart (Alor), nº 135, Jacarepaguá.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA | MINISTÉRIO DA DEFESA | PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO 0017/2021

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra – Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na Portaria ESG - N° 2950, de 14 de julho de 2021, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO SRP**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo Menor Preço, tendo por finalidade a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO**. A sessão pública será realizada no dia **20 de Dezembro de 2021, às 09:00 horas**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (www.comprasgovernamentais.gov.br).

**Direito & Justiça****Divórcio online: uma solução na pandemia**

O ano de 2020 foi bastante atípico. A pandemia do coronavírus mudou totalmente a dinâmica familiar - transformou o trabalho e a educação presenciais em virtuais, e acentuou a convivência entre os pais e os filhos e também entre os casais.

Segundo levantamento do Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF), o segundo semestre de 2020 contabilizou o maior número de divórcios registrados em cartórios no Brasil - 43,8 mil processos, um número 15% maior do que o mesmo período de 2019.

Um dos maiores problemas quando o casal decide se divorciar, além da pensão alimentícia e guarda dos filhos, é a partilha de bens, e o processo pode demorar bastante tempo e ficar muito caro.

Por esse motivo, muitos casais vêm optando, quando não possuem filhos menores ou incapazes e o divórcio é consensual, por não realizá-lo através de uma ação judicial, e sim em cartório, através do chamado divórcio extrajudicial, estabelecido pela Lei 11.441/2007:

"Art. 1.124-A. A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento."

Mas como ficaram os divórcios durante a pandemia, nesse período de isolamento social forçado? No dia 26 de maio de 2020, o Conselho Nacional de Justiça editou o Provimento 100/2020, tornando possível, entre outras providências, que o divórcio pudesse ser realizado de forma online, através do sistema e-Notariado e com o auxílio de um advogado.

Se você quer se divorciar de forma virtual, você poderá contratar um advogado especializado na área também de forma online, solicitando uma consulta, para que ele ajude no seu caso.

Além disso, é preciso solicitar um "certificado e-notariado" em um cartório credenciado. Depois que obtiver o certificado digital, acesse o link: <https://www.e-notariado.org.br/customer>, faça login com sua credencial e inicie o pedido de divórcio ou separação.

Desta forma, quando o divórcio é amigável e não há pendências sobre a guarda, visitas e pensão, ele pode ser realizado online em sua totalidade - cabe ao juiz receber a petição e já autorizar o divórcio, dispensando as partes de comparecer a uma audiência.

Para garantir a veracidade e segurança do processo, o CNJ exigiu a realização de chamadas por videoconferência, para que as partes sejam identificadas e possam consentir sobre os termos do divórcio e do ato notarial eletrônico. Após isso, o ato será assinado pelo tabelião e pelas partes, e sua segurança jurídica será garantida através da criptografia.

É importante ressaltar que não é qualquer casal que poderá realizar o divórcio online. Como mencionado, assim como no divórcio extrajudicial, é preciso haver consenso entre o casal e eles não podem ter filhos menores ou incapazes.

A exceção são alguns cartórios do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, que permitem o divórcio extrajudicial mesmo que haja filhos menores e incapazes, se questões relativas à guarda, visitas e pensão tiverem sido estabelecidas judicialmente.

Nos casos em que não há consenso entre o casal, infelizmente o divórcio não poderá ser online. Ele terá que ser resolvido na Justiça, através de um divórcio litigioso, que é extremamente desgastante emocionalmente, mais demorado e mais custoso.

Anderson Albuquerque

Sócio do Albuquerque & Alvarenga Advogados

GOVERNOS DO PSDB**Ministério Público de SP retoma acordo com Ecovias**

FELIPE BÄCHTOLD/FOLHAPRESS

Após ser inicialmente barrado em setembro, o acordo de colaboração firmado entre a concessionária de estradas Ecovias e a Promotoria do Patrimônio Público de São Paulo foi homologado na terça-feira passada pelo Conselho Superior do Ministério Público paulista.

Em comunicado a investidores na terça, a empresa informou que teve conhecimento da homologação e que mais esclarecimentos e detalhes serão fornecidos nos próximos dias. A informação foi antecipada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Para que seja consumado, porém, o acordo ainda precisará de aval do Judiciário, por meio de um juiz de primeira instância. A colaboração se refere a irregularidades cometidas de 1998 a 2015. O período compreende as gestões de Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB.

Em troca de pagamentos que somam R\$ 638 milhões e de auxiliar na produção de provas, a empresa obtém o direito de não ser processada na esfera cível.

Segundo pessoa a par da negociação, por iniciativa do governo estadual, o acordo não prevê mais a redução no valor do pedágio cobrado dos usuá-

rios, como havia sido estabelecido inicialmente.

O rateio dos pagamentos deve ocorrer desta maneira: R\$ 400 milhões para construção de um boulevard na zona sul de São Paulo, R\$ 50 milhões para obras de segurança na rodovia Anchieta e o restante repassado ao estado, de maneira parcelada.

O caso ainda está sob sigilo, e o Ministério Público não se pronuncia sobre a decisão.

Em setembro, o Conselho Superior anulou o compromisso firmado com a empresa, mas, diante da argumentação dos promotores, decidiu agora autorizar a negociação. O conselho é um órgão colegiado da cúpula

da instituição.

A Ecovias é a responsável pela administração do sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a capital paulista ao litoral. A tarifa de pedágio para o trecho de São Paulo a Santos custa hoje R\$ 30,20.

Procurado pela reportagem, o governo do estado afirmou que caberia à Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) se pronunciar sobre o caso. A agência ainda não se manifestou.

O PSDB, quando o acordo veio à tona em 2020, disse ter "absoluta convicção de que os atos administrativos das gestões de Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra seguiram estritamente o definido por lei".

SUPERMERCADOS**Ex-funcionário acusa Extra de vender carnes e frios vencidos**

Um ex-funcionário acusa uma unidade do supermercado Extra no Cambuci, na zona sul de São Paulo, de vender carnes, frios e embutidos com a data de validade vencida. A denúncia foi confirmada pela Prefeitura de São Paulo, que investiga o caso.

De acordo com o faturador de frios Wellington Pereira da Silva, 34, os empregados eram orientados a lavar as carnes com água antes de colocá-las à venda novamente. No caso dos frios, o processo era diferente: abrir a embalagem original, fatiar os alimentos e disponibilizá-los em um balcão para os clientes. O funcionário gravou vídeos que

supostamente mostram a lavagem dos alimentos vencidos na unidade, em locais sujos, para serem posteriormente pesados e vendidos. Exibem também uma sala alagada.

Silva afirma que denunciou a irregularidade à Vigilância Sanitária, que fiscalizou o local. Segundo ele, uma supervisora do estabelecimento chegou a levar produtos vencidos ao lixo enquanto agentes conversavam com a gerente e a chefe de recursos humanos.

Por meio de nota, o Extra afirmou que investiga o caso e que "proíbe categoricamente qualquer ato que contrarie as nor-

mas e procedimentos relativos à qualidade e segurança alimentar". Segundo a empresa, a gerente da unidade do Cambuci foi demitida após a denúncia vir a público.

A denúncia foi feita pelo site G1 e confirmada à reportagem pela Covisa (Coordenadoria de Vigilância em Saúde), da Secretaria Municipal de Saúde. Em nota, a pasta informa que o local chegou a ser interditado parcialmente e é acompanhado pela Unidade de Vigilância em Saúde Sé desde 17 de agosto.

"Na ocasião (17 de agosto), foram identificadas irregularidades que resultaram na lavra-

tura de Auto de Infração e Termo de Interdição Parcial de Estabelecimento", diz a Covisa.

Segundo a prefeitura, o Extra Cambuci tem sido vistoriado regularmente. A última visita foi feita na terça-feira passada. A unidade segue aberta aos clientes.

Policiais do DPPC (Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania) foram à loja na terça-feira e não encontraram irregularidades, informa a SSP-SP (Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo). A 2ª Delegacia de Polícia de Saúde Pública abriu um inquérito para investigar a denúncia.

TCE**Dimas Ramalho é eleito presidente do Tribunal de Contas de São Paulo**

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

O conselheiro Dimas Ramalho foi eleito ontem para a presidência do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo). Esta será a segunda vez em que ele presidirá a corte - seu primeiro mandato foi exercido em 2016.

Ramalho será responsável pela gestão do órgão de controle externo da administração pública paulista em 2022. Sua cerimônia de posse está prevista para o mês de fevereiro do próximo ano.

A eleição desta quarta ainda alçou à vice-presidência do tribunal o conselheiro Sidney Beraldo e, para o posto de corregedor, o conselheiro Renato Martins Costa.

Ex-deputado federal e estadual, Ramalho já foi secretário estadual de Habitação de São Paulo e secretário municipal de Serviços da capital. Ele também atuou como membro do Ministério Público de São Paulo, ocupando os cargos de promotor e procurador de Justiça.

"Nossa missão é descobrir e construir o que será o controle externo no pós-pandemia. As demandas da população mudaram. A gestão pública e o controle externo precisam mudar", afirma Ramalho, que chegou ao TCE-SP em 2012.

"Estamos no meio de uma revisão do planejamento estratégico e também começamos a trabalhar com a nova lei de licitações. É um momento de muita novidade e de oportunidades para aprimorar o serviço que

entregamos à sociedade", segue.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo é responsável por analisar as contas anuais do governador e dos prefeitos de todos os municípios paulistas, exceto a capital. A instituição ainda julga as contas dos órgãos estaduais e municipais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além das autarquias.

Atualmente, os orçamentos de todos os entes submetidos ao órgão alcançam a soma aproximada de R\$ 355 bilhões.

CAPITAL**Símbolo da Cidade, Avenida Paulista chega aos 130 anos**

Em uma definição que se tornou célebre, o historiador da arquitetura Benedito Lima de Toledo (1934-2019) disse que São Paulo é como "um palimpsesto - um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova, de qualidade literária inferior, no geral".

Não é à toa que a avenida Paulista, "única por sua posição na cidade e insubstituível em sua elegância", está no texto de Toledo entre os exemplos do que a cidade foi capaz de criar e apagar, "sem remorsos".

Em 130 anos, que completou ontem, a avenida vem se modificando em maior ou menor escala, mas persiste como um símbolo da capital - embora seu nome, proposto pelo engenheiro

uruaio Joaquim Eugênio de Lima, que a concebeu, fosse uma homenagem a todos os nascidos no estado.

A primeira destruição foi a de seu nascimento, transformando em loteamento de luxo a trilha de tropeiros no espigão do Caaguçu, a "mata grande" da qual só sobrou o parque em frente ao Masp - nascido como Villon em 1892, um ano depois da avenida, e hoje batizado Tenente Siqueira Campos, mas conhecido mesmo como Trianon, nome que ganhou ao ser remodelado em 1911.

Os dois lados do amplo boulevard afrancesado que ali surgiu se encheram de palacetes, primeiro de barões do café, depois de imigrantes endinheirados.

Se a arquitetura eclética pau-

listana é até hoje tão admirada, isso se dá em parte por ela ser o registro material da época em que a cidade ia cunhando para si a ideia de locomotiva do desenvolvimento do país. Esse mesmo fausto, porém, arrasaria com as mansões da Paulista.

A expansão residencial do centro rumo ao sudoeste deu à avenida seus primeiros edifícios. O pioneiro surgiu em 1936, na esquina da Frei Caneca.

Em pouco tempo o predinho que custou à via três casas, com seis andares de apartamentos para locação, ficaria pequeno no panorama - até ele próprio ceder, nos anos 1970, abrindo espaço para o edifício Sul América Seguros, projeto de Maurício Kogan.

Um a um foram ruindo os ca-

sarões senhoriais sob as bolas de demolição para dar lugar às sedes do capital semeado lá atrás como café e indústria.

Alguns palacetes ainda estão lá, como o último a ser construído. Desenhado por Ramos de Azevedo para sua filha Lúcia e inaugurado em 1935, é hoje a Casa das Rosas.

Atualmente talvez fosse mais difícil levar ao chão essas construções; entre os anos 1970 e 1980, quando a verticalização se incrementou na avenida, os órgãos de patrimônio tinham atuação menos consolidada. Ainda em 1996 a mansão da família Matarazzo, que tinha seu tombamento discutido, virou pó em uma noite.

Por anos o terreno foi um estacionamento; hoje é o shopping Cidade de São Paulo, avistado das generosas varandas do edifício Saint-Honoré, bem em frente, projeto de Artacho Jurado, um dos arquitetos empreendedores que mais bem exploraram a necessidade de acomodar a classe média no bem servido centro expandido.

Diário do AcionistaTels.: (21) 3556-3030
96865-1628
(11) 2655-1899

